

A memória sob a mira da espetacularização¹

Regina Tavares de Menezes dos SANTOS²
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Resumo

Este artigo tem interesse em apresentar parte dos resultados obtidos por tese de doutorado defendida no final de 2015, cujo objeto epistemológico foi a dimensão comunicacional da memória. Sua investigação empírica tomou como estudo de caso a Zona Leste do município de São Paulo e sua necessidade de conceber espaços físicos destinados à evocação e ao armazenamento da memória. O objetivo geral desta pesquisa foi compreender como o esforço de transmutação da memória para espaços físicos lida com a comunicação e a comunicação midiática. Nossos objetivos específicos foram: estabelecer conexões reflexivas entre a comunicação e os ambientes midiáticos criados pela espacialização e materialização das representações do passado; compreender a relação entre a lembrança suscitada por espaços e coisas e a memória viva ancorada na experiência.

Palavras-chave: Memória e Lembrança; Centros de Memória da Zona Leste; Projeto Noopolítico; Memória espetacularizada.

Introdução

Como foi dito, a investigação empírica desta pesquisa tomou como estudo de caso a região da Zona Leste do município de São Paulo e sua necessidade preeminente de conceber espaços físicos destinados à evocação e ao armazenamento da memória. Para tal incumbência, definiu-se como foco de pesquisa o Centro de Memória e Cultura da Zona Leste (Centro), idealizado inicialmente em 2011 e ainda sem construção física prevista. O problema de pesquisa perseguido foi: Qual a relação comunicativa existente entre a manutenção da lembrança presente em espaços físicos dedicados à memória e o processo de construção da memória individual e coletiva?

Nossa hipótese básica supõe que os patrimônios culturais arquitetônicos são impactados pelo aspecto midiático no que tange à sua concepção como veículos comunicativos necessários à evocação e ao armazenamento da memória e à construção dos vínculos comunicativos da memória a partir das vivências, das experiências de uma comunidade e/ou de um lugar. Metodologicamente, cabe esclarecer que além da

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), coordenadora e docente do curso de Jornalismo da Universidade Cruzeiro do Sul (SP)., email: regina.tavares2004@gmail.com.

implementação dos tradicionais métodos de estudo de caso, pesquisa de campo, documental e bibliográfico, este trabalho qualitativo contemplou o método indiciário (GINZBURG, 1990).

Esse estudo se insere no campo da Comunicação, a partir de um viés transdisciplinar. Portanto, apto a reconhecer a relevância de diferentes ciências, áreas e campos científicos. Na particularidade desta tese, isto se exprimiu ao trazermos à tona intersecções teóricas importantes com a História, a Sociologia, a Filosofia e a Antropologia.

A Zona Leste e a invenção da “ZêEle”

A Zona Leste é a região mais populosa da capital - com 4,5 milhões de habitantes, aproximadamente 35% dos moradores de São Paulo, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 - e pode ser caracterizada por sua disparidade socioeconômica, como revela Herrero. (2011, p. 17):

[...] a Zona Leste possui uma variedade imensa de situações vividas em cada canto de seu território. Enquanto alguns apresentam maior desenvolvimento e investimento de determinados ramos empresariais, outros adquiriram um viés mais residencial, enquanto outros mesclam áreas dormitório com um comércio pujante, embora localizado.

O perfil híbrido da região explica-se, em parte, por sua formação histórica. Em verdade, a história da constituição da Zona Leste confunde-se com a genealogia de urbanização que a cidade de São Paulo enfrentou desde o final do século XIX. Herrero (2011, p. 20) parece concordar com tal premissa: “[...] acreditamos que o desenvolvimento da Zona Leste, tal como a conhecemos, acontece quando a cidade de São Paulo toma o caminho da urbanização”.

A região ganhou certa notoriedade internacional em meados da segunda década dos anos 2000, mais precisamente em 2014, quando abrigou a construção do estádio que sediou determinados jogos da Copa do Mundo Fifa (Copa), entre eles o de abertura do evento. Entretanto, para urbanistas como Nakano (2002), a notoriedade da região antecede à concepção do estádio, tais como a criação dos *Shoppings Centers* Aricanduva, Tatuapé, Penha e Anália Franco; o metrô; a modernização da linha de trem; a construção da avenida Jacu-Pêssego, do SESC Itaquera, da Universidade de São Paulo (USP-Leste); e o *boom* imobiliário do Tatuapé. Diante disso, desde a década de 1980, progressivamente, a localidade, marcada por uma extensão infinita de lajes, indústrias desativadas, pichações e antenas de TV, passou a conviver com a especulação imobiliária, a expansão do ensino superior público e privado, as construções civis públicas de toda ordem, os grandes

shoppings centers e o convívio da classe média alta, esta última cultivada em bairros como o Jardim Anália Franco.

O despertar do memorial

A criação de um Memorial para a Zona Leste tem ocupado as discussões empenhadas pelo Grupo desde 2013. No início das discussões sobre o Memorial, não havia projeto redigido formalmente a respeito. Seus idealizadores esperavam que o espaço fosse resultado da interação de diferentes segmentos e indivíduos da região e que não houvesse vínculos políticos e/ou religiosos. Segundo o site <http://memoriazlsb.blogspot.com.br/>³, no dia 21 de março de 2012 se deu a realização oficial da

primeira reunião para a discussão do Memorial da Zona Leste, que será criado no *campus* da USP-Leste. Foi apresentado o projeto e nessa reunião foram discutidos os principais aspectos da memória - de acordo com os autores citados no campo de leitura - e no que ela se diferencia da história e do passado. Foram tratados os diferentes conceitos de equipamentos culturais que satisfazem as demandas do grupo. (MEMÓRIAZLSB, ONLINE).

A disposição da Universidade de São Paulo em acolher o então Memorial da Zona Leste e transformá-lo no Centro, foi acrescida pelo interesse da instituição em ampliar suas dependências, como se pode aferir no composto de projetos elaborados pela Superintendência do Espaço Físico (SEF), pelo arquiteto Ruy Ohtake e pelo artista plástico Cláudio Tozzi.

Segundo o projeto oficial, assinado por Ruy Ohtake, o edifício do Centro apresentará uma “visão histórica da Zona Leste”.

Um corte longitudinal da história exibirá as sucessivas ocupações na Zona Leste ao longo de cinco séculos, desde a herança indígena, a colonização portuguesa, o legado afro, a participação dos imigrantes (notadamente portugueses, espanhóis, italianos, libaneses, japoneses), a fase da industrialização, sua decadência e as migrações resultantes da crise social das áreas rurais mais pobres do nordeste do país, provocando a vinda de grande contingente da população. (OHTAKE, 2012, p.7)

Não há clareza quanto a metodologia a ser aplicada na coletânea de dados documentais e depoimentos orais e/ou manuscritos capazes de recuperar períodos considerados emblemáticos para a região. Mas já foi sinalizado no projeto que haverá depoimentos de intelectuais, líderes comunitários, representantes governamentais e moradores (OHTAKE, 2012).

³ Acesso em 01 de ago de 2014.

Sobre a iniciativa, um considerável número de encontros tem sido motivado entre os componentes do Grupo de Memória, Ruy Ohtake, moradores da Zona Leste, professores universitários da região e porta-vozes da USP, como o diretor do *campus* até dezembro de 2013, o Prof. Dr. Jorge Boueri.

As discussões sobre o andamento do projeto do Centro e das demais obras de expansão do *campus* foram interrompidas por alguns fatores que merecem menção: graves problemas de ordem financeira, conforme nota oficial no site <http://www.usp.br/imprensa/?p=42192>⁴ e a interdição do *campus* pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) por risco de contaminação de gás metano no solo. De acordo com Ohtake (2014), as discussões e os encaminhamentos para a construção do Centro estagnaram por tais motivos e não apresentam possibilidade de retomada imediata, ao menos no escopo pré-concebido.

Lembrança: entre o esquecimento e a reminiscência

No tocante ao mundo ocidental, a história do capitalismo tem sido caracterizada pela aceleração do ritmo, em paralelo à redução das barreiras espaciais. Trata-se de um mundo cada vez menor, em particular, com o auxílio das tecnologias da informação e da comunicação. Nesse sentido, a capacidade de ora controlar o tempo, ora vê-lo esvaír-se sem pedir licença está presente nos paradoxos do cotidiano.

Harvey (2000, p. 34) reconhece: “Submetemo-nos a uma rigorosa disciplina do nosso sentido de espaço e de tempo, rendendo-nos à hegemonia da racionalidade econômica capitalista”. Aparentemente, a sociedade se vê atordoada pela espacialização do tempo, como complementa Morin:

O indivíduo privado que quer consumir sua própria vida tende a valorizar o presente. Fica, além disso, cada vez mais privado do passado; este não lhe fornece mais sabedoria e norma de vida; os antigos valores, as grandes transcendências são esmagadas por um devir acelerado. Esse homem cada vez mais privado de passado está cada vez mais privado de futuro. Aliviado das preocupações acumulativas, não ousa encarar um futuro incrível. (MORIN, 1984, p.175).

A dificuldade de lidar com o tempo passado, presente e futuro, faz Harvey acenar para a existência de um impasse. Para ele, a modernidade gerou uma crise entre a experiência do indivíduo para com o espaço e o tempo, “crise na qual categorias espaciais

⁴ Acesso em 20 de ago de 2014.

vêm a dominar as temporais, ao mesmo tempo em que sofrem uma mutação de tal ordem que não conseguimos acompanhar” (2000, p.22). Ele prossegue, dizendo que,

A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes. (ibidem, p. 187).

Segundo Benjamin (1994), o impacto da ruptura histórica à qual se refere a citação acima, impede o indivíduo de estabelecer, criticamente, conexões e, portanto, significados para determinados fatos e acontecimentos. Apesar do acesso - por vezes e para alguns - ilimitado ao conhecimento desencadeado pelo homem, a fragmentação impede conexões efetivas entre percepção, tempo, espaço e experiência.

Sobre o excesso de registros memoriais atribuído à informática, Casalegno (2006, p. 210) comenta: “De certa forma, a capacidade de armazenamento da memória de um computador nos faz sentir seguros. É uma presença importante, mas não é a mesma coisa que a circulação viva da informação”. Para o autor, é evidente que a dita “memória viva” não deve ser equiparada à memória digital.

Huysen (2000) concorda com tal proposição. Para o autor, a sociedade vive à mercê da obsolescência constante de suas tecnologias e do incontrolável esquecimento provocados pela ausência de vínculos entre coisas, vivências, lugares e pessoas. Na visão do autor, o indivíduo é acusado de difundir uma cultura contemporânea de amnésia, impactada por um processo massivo de consumo da informação e dos produtos capitalistas.

Entretanto, Huysen acredita também que, diante desta nova relação mantida entre o indivíduo, o coletivo, o tempo e o espaço e os meios digitais, “o enfoque sobre a memória é energizado subliminarmente pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido” (2000, p. 20). Desta forma, como verificamos no enunciado de Huysen, somos paradoxalmente levados à “sedução⁵” exercida pela memória.

Neste cenário de dualismo entre esquecer e lembrar, alguns advogados de acusação do papel das mídias na sociedade, em especial, das mídias digitais, julgam que o acesso instantâneo e contínuo à informação nos diferentes ambientes midiáticos massivos e/ou digitais e o impacto destes sobre as noções tradicionais e ocidentais de tempo e espaço não

⁵ O termo sedução é empregado pelo autor em seu livro: HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória: arquitetura. Tradução de Sergio Alcides. Seleção de Heloisa Buarque de Hollanda. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

contempla benefícios, pelo contrário, têm contribuído para o superdimensionamento da finitude humana.

É como se a fragmentação e a estrutura espiral, não-linear e não-cronológica do tempo propiciassem uma sensação de insegurança no indivíduo quanto ao seu controle, apesar da perspectiva excitante apresentada pela memória digital presente em inúmeros bancos de dados existentes na internet, nos quais é possível acessar diferentes períodos históricos - em representações diversas - como e quando for mais conveniente ao indivíduo. Todavia, é preciso evitar a visão reducionista de creditar a sensação de insegurança somente às mídias digitais, como anunciam alguns autores ditos contemporâneos.

De toda sorte, a resposta do ocidente ao controle do caos instaurado pelo descontrole do tempo e espaço veio no final do século XIX com a invenção da tradição por meio da dita “cultura do museu”, como observa Harvey.

O trabalho ideológico de inventar a tradição assumiu grande importância no final do século XIX exatamente porque essa foi uma época em que as transformações das práticas espaciais e temporais implicavam uma perda da identidade com o lugar e repetidas rupturas radicais com todo sentido de continuidade histórica. A preservação história e a cultura do museu vivenciaram fortes impulsos da vida a partir do final do século passado [...] (2000, p. 247).

Para Huyssen (2000), a humanidade necessita da

[...] memória e da musealização juntas para construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento, para combater a nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço (HUYSSSEN, 2000, p. 28).

Jeudy também complementa o debate ao dissertar sobre o movimento de possível “museografização”, assim por ele nomeado:

Os museus multiplicam-se, uma quantidade infinita de objetos, de imagens e de relatos é conservada para testemunhar as riquezas da criação cultural, da inovação técnica ou da dinâmica da significação dos modos de vida. Nada parece conseguir escapar a esse empreendimento de estocagem e de classificação. (JEUDY, 1990, p. 1).

É possível sintetizar, então, que a cultura do museu, da musealização ou da museografização, assim referidas por Harvey, Huyssen e Jeudy, afeta o fluxo da experiência humana. “De fato, todo sistema de representação é uma espécie de espacialização que congela automaticamente o fluxo da experiência e, ao fazê-lo, destrói o que se esforça por representar.” (HARVEY, 2000, p. 191).

A cultura do museu apazigua o temor trazido pelo descontrole do tempo e do espaço por meio da consolidação da memória sócio-histórica, considerada neste estudo, como lembrança, “mediada” por espaços e coisas e frequentemente instrumentalizadas.

A lembrança mediada por patrimônios culturais e arquitetônicos, tais como: obras de arte e outros objetos de valor semelhante, bibliotecas, museus, centros de memória, demais monumentos, relatos oficiais e documentos, parece dignificar a lembrança de um indivíduo, uma comunidade ou até de uma nação para a posteridade, segundo Chauí (2006).

A memória sócio-histórica indica a valorosa produção dos feitos alcançados por seus indivíduos, como ressalta a autora, “[...] o patrimônio cultural é nacional ou coletivo e sua função é celebrar os feitos da nação” (Idem, p. 119).

Vale atentar para dois motivos circunstanciais que, na opinião de Chauí, são determinantes para a invenção - em pleno século XIX - da ideia de Estado-nação, primeiro, e de patrimônio cultural nacional, em seguida:

Em primeiro lugar pela pressão de uma classe média crescente que, não tendo poder nem riqueza, deseja ter acesso aos objetos-significações, forçando o Estado à criação das instituições públicas de patrimônio cultural e ambiental. Em segundo, como consequência da luta de classes, pois, se cada classe social instituir seus próprios semióforos⁶, definindo sua maneira de relacionar-se com o tempo, o espaço, o invisível e o sagrado, os conflitos sociais não poderão ser controlados pela classe dominante nem por seu Estado. (CHAUI, 2006, p. 119)

A ambivalência de motivações existentes na concepção de um patrimônio pelo Estado, conforme análise de Chauí, reitera o caráter político desta ação. Sob o prisma da autora, a pressão de determinada classe social mobiliza o Estado a desenvolver patrimônios que impõem sua maneira de se relacionar com o tempo e o espaço.

Assim como Chauí, Huyssen (2000, p. 83) também reflete sobre as lembranças armazenadas em patrimônios concebidos e geridos pelo Estado, tendo em vista as alterações de diferentes ordens vivenciadas por ele constantemente.

A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social. Dado que a memória pública está sujeita a mudanças – políticas, geracionais e individuais -, ela não pode ser armazenada para sempre, nem protegida em monumentos.

Nesse ponto da discussão, Corrêa acrescenta reflexões a partir do conceito de “lugar simbólico”. De acordo com o autor, o lugar simbólico - inclusive, o patrimônio concebido

⁶ Termo utilizado por Chauí (2000) em *História do Povo Brasileiro* para descrever um fato, um objeto, uma pessoa, enfim, pode remeter a vários sentidos, capazes de produzir outros; é a [comunicação](#) como invisível, segundo a própria autora. *Semióforo* é algo cujo valor não é medido pela sua força material e sim por seu significado simbólico.

pelo Estado - pode receber a significação de lugar simbólico mercantilizado quando orientado pelo mercado, conforme citação abaixo:

[...] os lugares simbólicos resultam de complexo processo de criação, interno ou externo, para o qual há várias tensões que envolvem diferentes agentes sociais criadores e usuários de significados. Desse processo, resultam a preservação ou transformação, parcial ou não, dos lugares simbólicos e a ressignificação de seu *status* político, religioso, étnico ou histórico, que pode ou não incluir sua mercantilização. Nesse caso, é possível falar em lugares simbólicos mercantilizados, cujas paisagens e história foram valorizadas ou plenamente inventadas. (CORRÊA, 2012, p. 140, grifo nosso).

É possível observar, por meio da citação de Corrêa (2012), a existência de lugares simbólicos mercantilizados, dada a criação de paisagens⁷ e histórias.

Seguindo esta linha de pensamento, a afirmação de uma determinada cultura na concepção de novos patrimônios, como estratégia de autoridade, se torna possibilidade, ao se criarem paisagens e histórias que dignifiquem o lugar⁸ como lugar simbólico. A respeito, Bhabha diz

Trata-se do problema de como, ao significar o presente, algo vem a ser repetido, relocado e traduzido em nome da tradição, sob a aparência de um passado que não é necessariamente um signo fiel da memória histórica, mas uma estratégia de representação da autoridade em termos de artifício do arcaico. (BHABHA, 2013, p. 71).

Após problematizarmos tais discussões, somos levados a pensar que a concepção de patrimônios está carregada de intenções diversas, entre elas, possivelmente, a de manutenção e legitimidade do poder político ou mercantil, como vimos em Chauí e Corrêa.

Aqui, podemos retomar à Lazzarato (2006, p. 86, grifo nosso), quando este alerta ser necessário refletir a respeito das “novas relações de poder que têm como objeto a memória e seu *conatus* (a atenção) como noopolítica”.

O autor conceitua noopolítica como conjunto de técnicas de controle que “se exerce sobre os cérebros, atuando em primeiro lugar sobre a atenção, para controlar a memória e sua potência virtual. A modulação da memória será então a função mais importante da noopolítica.” (ibidem).

Lazzarato acredita ainda que, na sociedade disciplinar, citada por Michel Foucault, havia uma preocupação, sobretudo do Estado, em moldar os corpos por meio da disciplina,

⁷ Santos (1999) compreende paisagem como a expressão materializada do espaço geográfico, interpretando-a como forma. O conceito de paisagem assume a coexistência de objetos e ações sociais no seu aspecto econômico e cultural.

⁸ Ainda para Santos (1999), lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através de um cotidiano compartilhado entre pessoas, empresas etc. Em suma, trata-se da base da vida em comum.

a exemplo das prisões, escolas, fábricas etc. Já na atual sociedade disciplinar e de controle⁹, organizada pelo biopoder¹⁰, a gestão da vida e a modulação da memória são controladas pela noopolítica, ou seja, “redes hertzianas, audiovisuais, telemática e constituição da opinião pública.” (ibidem).

Sob o ponto de vista da discussão travada desde o início do artigo, se consideramos a arquitetura como comunicação e se “a cidade é um discurso”, como afirmou Barthes (1987, p. 184), é preciso atentar para o que está sendo dito, pois o apreço pela memória sócio-histórica, especialmente pelos patrimônios, pode servir ao Estado, em algumas situações, como dispositivos noopolíticos de memória.

Portanto, se a cidade é um discurso, pode-se ler, nas entrelinhas ou até mesmo nas capitulares de seus parágrafos, significações múltiplas, entre elas um discurso condizente com o simbolismo do capital ocidental e de sua expressão cultural de maior relevo: a Indústria Cultural. Entende-se, ainda, que a espetacularização pode atuar como uma das marcas da lembrança, objeto da noopolítica.

Quando nos referimos à espetacularização, nos baseamos no conceito de “espetáculo”, trazido por Debord (1997), que consiste na multiplicação de ícones e imagens, principalmente desencadeada pela Indústria Cultural, mas também pelos rituais políticos, religiosos e hábitos de consumo, de tudo o que falta à vida concreta do indivíduo. O espetáculo é uma faceta da sociedade que desenvolveu ao extremo o “fetichismo, inclusive o da mercadoria”.

Dessa forma, não é de espantar que - em algumas ocasiões - se esteja lidando com o brilho fugaz e espetacular de uma lembrança fruitiva e prazerosa e não com uma formação discursiva e crítica do tempo presente sobre o passado.

Como exemplo, citemos as características atuais dos museus na intertextualidade das cidades entendidas como discurso. O historiador Meneses (1985, p. 198) discute o assunto:

Os próprios recursos museográficos hoje em voga, especialmente as técnicas de “display”, ambientação, comunicação audiovisual etc., rapidamente assimiladas como garantia de modernidade, parecem em última análise, orientar-se para uma deliberada convivência com o “visitante”, convertido quase que em “voyeur”. Tal situação, evidentemente, é suspeita. O que deveria limitar-se a uma preocupação do projeto arquitetônico e da programação visual com questões de conforto ambiental e eficiência passa a obsessão de privilegiar a fruição do prazer.

⁹ Denominação do autor Lazzarato em seu livro *As revoluções do capitalismo* (2006).

¹⁰ Biopoder é um termo criado originalmente pelo filósofo francês Foucault para referir-se à prática dos estados modernos e sua regulação dos que a ele estão sujeitos por meio de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações.

A referência acima nos faz pensar sobre dois aspectos importantes: a existência de um possível vínculo entre o aspecto midiático de patrimônio cultural e os espaços físicos dedicados à lembrança e o predomínio de um entendimento de que a memória só se concretiza a partir de uma determinada materialidade, ou seja, a partir de coisas, objetos do passado ou da recriação destes por meio de representações. Sobre o último aspecto, Meneses é taxativo quanto ao consenso existente neste interim: “Não há museu, sem acervo.” (1985, p. 200).

Nesse sentido, a localização e a disputa pela detenção de objetos materiais destinados à lembrança, entre eles, artefatos históricos, relíquias e semióforos faz parte da rotina dos museus, dos centros de memória, dos memoriais etc. Eis uma corrida desenfreada pelos vestígios materiais de um tempo.

Na medida em que as memórias se tornam mais vagas, frágeis e raras, a necessidade de objetos que comprovem e testemunhem o passado que representam se torna mais evidente. É como se o processo de rememoração requisitasse a cultura material com fins de legitimação. Cabe destacar que a cultura material é envolvida por uma série de mediações, especialmente quando presentes em espaços dedicados à memória que vão desde a classificação de seus objetos até a forma como são expostos.

Considerações finais

No que diz respeito ao Centro, por conta da profusão de atores envolvidos e de motivações diversas, o interesse pela espacialidade da memória deve-se a múltiplos sentimentos. Para uma ala de idealizadores, a excitação do/e pelo progresso urbano-associada à Copa do Mundo - é notória e exige a concepção de uma espacialidade de memória na condição de ícone representativo para tal fase desenvolvimentista da região. Para a outra ala de idealizadores, a comunidade entra em colisão com o medo do progresso urbano e o sentimento de possível enfraquecimento ou desaparecimento de determinadas memórias identitárias religiosas e políticas.

Portanto, para uma determinada ala de idealizadores do Centro, a espacialidade da memória traz à tona a imagem/identidade que se quer deixar/imprimir não somente na história do país, mas na do mundo, já que além de “hipermidiatizado”, a Copa do Mundo é um marco quadrienal para os eventos esportivos mundiais. Enquanto que para a outra ala de idealizadores, sendo o evento uma expressão da Globalização e das novas relações mantidas entre o indivíduo, o espaço e o tempo, se faz necessária a localização do grupo, da

memória, da identidade e da sensação de comunidade, segundo eles, tão expressivas em tempos de regime militar.

No caso do Centro, a memória sócio-histórica, também denominada da lembrança, tem sua premissa de materialidade e espacialização - por vezes - impactada pelo signo do midiático, da midiaticização e da espetacularização, como podemos notar em análises tecidas ao longo deste estudo. São ainda mais visíveis os traços da espetacularização que afetam a idealização do Centro e seu título de ícone da região em plena simultaneidade com a realização da Copa de Futebol Mundial de 2014; evento de considerável notoriedade midiática. Em suma, o porte grandioso da mega obra “Centro” já é em si uma metáfora do aspecto midiático e espetacularizado que se pretende imprimir sobre a fase desenvolvimentista da região.

O Centro se assemelha muito mais a um projeto de instituição de padrões de lembrança, por meio de uma visualidade espetacularizada e sedutora, do que a um discurso crítico sobre o passado. Sob este ângulo, tal empreendimento se mostra condizente com o aspecto midiático do evento “Copa do Mundo” - encarado por esta pesquisa como mola propulsora da intenção de se resgatar uma possível noção de comunidade e de memória coletiva na região, através de representativa visualidade massiva em nível mundial, além de estímulo ao desenvolvimento econômico-financeiro da região que o acolhe.

Arriscamo-nos a dizer que a ambição por tais investimentos envolve uma espécie de “imaginário coletivo” no qual eventos esportivos de grandes impactos e proporções, proporcionam o desenvolvimento industrial, urbano e capitalista das “cidades-sede”. Considerando o levantamento de dados realizados e expostos ao longo da tese que origina o presente artigo, diversos grupos sociais da Zona Leste almejavam benfeitorias econômico-financeiras com a construção do estádio que sediaria a abertura da Copa do Mundo.

Além do almejado avanço econômico-financeiro da região, estava em xeque, a alta capacidade de as lembranças presentes no Centro - e, devidamente, selecionadas por seus idealizadores - pressuporem veiculação ou circulação mundial, tal qual a premissa da midiaticização, especialmente, em uma ocasião de potencial notoriedade nacional e internacional.

A presença de estigmas e estereótipos em determinadas nuances do projeto do Centro também pode ser qualificada como uma estratégia de espetacularização; a fim de exemplificar a afirmativa, convém salientar que esta característica está impressa na concepção de um restaurante de comidas típicas nordestinas, na reprodução de um jardim

com flora típica dos primórdios da região, entre outras circunstâncias. Resolutamente, instituiu-se uma visualidade cenográfica com fins de espetacularização.

Também pudemos aferir o signo da espetacularização na denominação das temáticas futuras das exposições do Centro. Títulos como *Botecos e padarias*, *Memórias do futuro*, *Constelações do futuro*, *Memórias espontâneas*, *O sol nasce no leste*, *Meninos do leste*, entre outros são apresentados no projeto do Centro (vide anexo 2) sem nenhuma contextualização ou argumentação esclarecedora. Tais denominações atuam como imagens midiáticas e midiaticizadas, sacadas de um vasto arquivo de dados de acordo com a conveniência das relações de poder mantidas no “tempo presente”.

Outra prova da influência espetacularizadora trazida pela Copa do Mundo para a concepção do Centro está no fato de o projeto ser declinado por parte do Estado e da USP-Leste, entre outros motivos, após o desfecho do evento e o desempenho do time brasileiro nas competições do mundial¹¹.

Aqui, depreende-se que o Centro deveria agir como lembrança celebratória de um momento excepcional do futebol nacional. Porém, com o baixo desempenho do time em questão e o resultado da última partida, a tendência foi esquecer o período e renunciar solenemente às lembranças correlacionadas. Em suma, em se tratando de algo que maculasse a identidade nacional, a alternativa encontrada foi o esquecimento.

Considerando a concepção de patrimônios culturais e arquitetônicos impactados pelo viés midiático que lidam com o reforço da identidade nacional e da comunidade imaginada de um possível “Estado-Nação”, podemos dizer que ocasiões como a Copa do Mundo e o recente desenvolvimento econômico da região da Zona Leste manipulam a memória como estratégia de comunicação, ressignificação e difusão simbólica, a favor dos objetivos e anseios das esferas de poder vigentes no tempo presente. Desta forma, é fácil entender as razões pelas quais o Estado quis reforçar sua representatividade em um momento de mudanças paradigmáticas para o país por meio da concepção do Centro e de outras iniciativas.

Para endossarmos nossa proposição, convocamos o pensamento de Tarde (2007), quando este afirma que os processos de construção da memória podem ocorrer como “imitação e crença” e, sendo assim, se confundirem com “opinião e manipulação”, inclusive quando, sob a influência do aspecto midiático, tornam-se padrões de lembrança essencialmente midiáticos. Influenciadores de comportamentos, valores e opiniões -

¹¹ O time brasileiro foi julgado por um desempenho de baixo nível, segundo especialistas na área. Em sua última partida, perdeu de 7 a 1 para a Alemanha.

aspectos característicos de projetos noopolíticos -, naturalmente, favorecerão identidades essencialistas em detrimentos de alteridades múltiplas.

Nesse sentido, vemos concordância com o pensamento de Lazzarato (2006, p. 86), quando este alerta ser necessário refletir a respeito das “novas relações de poder que têm como objeto a memória e seu *conatus* (a atenção) como noopolítica”. Para o autor, como discutido anteriormente, noopolítica é o conjunto de técnicas de controle que “se exerce sobre os cérebros, atuando em primeiro lugar sobre a atenção, para controlar a memória e sua potência virtual. A modulação da memória será então a função mais importante da noopolítica.” (ibidem).

Analogamente, o excesso de lembranças se revela como neblina a distorcer a memória viva, porém, sem jamais a dirimir por completo. Esta memória calcada no convívio, na relação, na experiência, no viver se vale - entre outros mecanismos - de desconhecidos processos da inconsciência humana e revela a densidade antropológica do indivíduo e do conceito de comunidade em si.

Convém salientar que o conceito de comunidade - tão bem quisto à memória coletiva - enfrenta revisões na atualidade, em razão, dentre outros motivos, do avanço das tecnologias da informação e da comunicação. Sem dúvida, as dissoluções das fronteiras espaciais e temporais lançaram o indivíduo à convivência simultânea com várias comunidades e o mal estar em razão disso condiciona à nostalgia por um passado de identidade e memória estáveis e palpáveis.

O que os moradores da Zona Leste não cogitam é que a razão pela qual anseiam - em diferentes épocas e projetos - por uma memória coletiva já evidencia a presença da coletividade e da memória que os identifica. Em verdade, as imagens sobreviventes de um passado de agruras sociais, vividas desde os primórdios do surgimento do bairro dormitório São Miguel Paulista até o período da ditadura militar (1964 – 1984) insistem em assombrar a região e a convocar, piamente, os sentidos de comunidade, memória e identidade como blindagem contra a opressão, a morte e o esquecimento.

A Zona Leste não percebe que sua memória viva já é emblema constituinte de sua identificação como comunidade, uma vez que em ocasiões conflituosas - nos “momentos-sintoma”, conforme denominação de Didi-Huberman (2013) -, a região procurou fortalecer seus laços de comunhão como escudo de proteção.

O caráter de interação, infinita e improvável, presente nos processos memorialistas, jamais tornará as vivências e suas memórias comparáveis às edificações celebratórias do

passado. A essência da existência do ser vivo só é possível graças à memória do passado carregada, inconscientemente, em cada uma das monâdas que constituem o ser humano (TARDE, 2007) e elas não se igualam à materialidade em nenhum aspecto.

A insistência na construção de uma memória convergente - que deixa de ser coletiva para se tornar apenas lembrança e, talvez até midiática, midiaticizada e espetacularizada - pode até resultar em um projeto noopolítico, como prevenira Lazzarato (2006), todavia jamais ameaçará a existência de contra narrativas à identidade essencialista, já que este é um dos maiores méritos da memória encarada como vivência.

Mesmo que prevaleçam nas lembranças institucionalizadas, as imagens e as narrativas sobre o passado em consonância com as estruturas de poder vigentes no tempo presente, ainda assim não se anulariam as memórias, justamente em função dos processos comunicativos e interativos pressupostos no ato de viver que, de certa forma, reiteram nossa concepção epistemológica de que a memória é uma estrutura em constante processo de comunicação e que esta, por sua vez, está sempre em comunicabilidade e/ou em rede comunicante, graças às inúmeras interações estabelecidas entre indivíduos, tempo e espaço.

E se a memória é comunicação, fruto de um processo de interações diversas e de associações exponenciais, destaca-se, aqui, seu aspecto predominante de criação, invenção e diferenciação como mecanismo de resistência e de autogestão frente à homogeneização.

Até em espaços dedicados à memória e impactados nitidamente pelo espectro midiático e pelo prazer da visualidade, é possível estabelecer relações entre lembrança e memória, como proposto em um de nossos objetivos específicos. Muitas vezes, a lembrança deixa aflorar facetas da memória viva.

Um objeto presente em uma exposição museográfica pode revelar, por exemplo, traços da memória viva de um grupo social ou indivíduo, conforme aferimos nos estudos do historiador Meneses (1985) a respeito da cultura material. O que se estabelece em processos de constituição, preservação, evocação e armazenamento da lembrança é um processo misto de invisibilidade e visibilidade, pois sempre há jogo, alternância e oposição.

Assim como a discussão sobre memória se apresenta como uma indagação bizantina, o presente trabalho também não contempla término imediato. Afinal, a memória não é, ela está sendo. Um estudo sobre tal tema não oferece debates brandos, nem tampouco horizontes de conclusões precipitadas. Não se trata de questão técnica ou pragmática de fácil resolução, uma vez que nenhuma sociedade é coesa e homogênea, quanto mais suas memórias, sempre sujeitas à revisão no tempo presente.

Referências

- BARTHES, R. A aventura semiológica. Lisboa: Edições 70, 1987.
- BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov in Obras Escolhidas I - Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BHABHA, H.K. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- CASALEGNO, F. (ed.). Memória cotidiana: comunidades e comunicações na era das redes. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- CHAUÍ, M. Cidadania Cultural: O Direito à Cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CORRÊA, R. L. Espaço e Simbolismo. In: Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2012.
- DEBORD, G. A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DIDI-HUBERMAN, G. A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2013.
- GINZBURG, C. Sinais – Raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- HERRERO, R. Face Leste – Revisitando a Cidade. 1 ed. São Paulo, 2011.
- HUYSSSEN, A. Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JEUDY, H. Memórias do social. Rio de Janeiro: Forense. 1990.
- LAZZARATO, M. As Revoluções do Capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MENESES, U. T. B. de. O museu na cidade x a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 5, n. 8/9, set/1984-abril/1985.
- MORIN, E. Cultura de Massas no século XX. Espírito do tempo I: neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- NAKANO, A. K. Quatro COHABs da Zona Leste de São Paulo: território, poder e segregação. São Paulo, 2002. Mestrado (Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- OHTAKE, R. PROJETO “CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA E CENTRO DE CONVENÇÕES”. São Paulo, 2012.
- SANTOS, M. A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- TARDE, G. Monadologia e Sociologia e Outros Ensaio. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.